

A. I. Nº - 926897-9/03
AUTUADO - EVA MARIA DA CRUZ
AUTUANTE - ANTÔNIO ANÍBAL BASTOS TINOCO
ORIGEM - INFAZ VITÓRIA DA CONQUISTA
INTERNET - 16.07.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0250/01-03

EMENTA: ICMS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. MERCADORIAS EM ESTOQUE DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTOS FISCAIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A defesa apresentou cópias documentos comprovando a regularidade da situação das mercadorias. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado pela fiscalização do trânsito de mercadorias em 11/4/03, acusa a existência de bebidas e outras mercadorias em estoque desacompanhadas de documentos fiscais. ICMS lançado: R\$ 7.697,58. Multa: 100%.

O autuado defendeu-se suscitando como preliminar a nulidade do procedimento, por falta de observância dos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório, do devido processo legal e da inviolabilidade de dados, de documentos e do domicílio do contribuinte. Reclama que a empresa não foi intimada para apresentar os documentos, e não se negou a fornecer quaisquer elementos ao fisco. Alega que a empresa não foi intimada previamente de modo a ficar sabendo que estaria sofrendo uma fiscalização. Alega que as mercadorias foram apreendidas por fiscais de outra inspetoria em trânsito pela cidade. Argumenta que, sem autorização judiciária, em processo específico, o fisco não poderia apreender documentos e mercadorias. E mesmo que a apreensão fosse válida, não foi especificado no Termo de Apreensão em qual das três hipóteses de que cuida o art. 930,II, do RICMS/97 se enquadra o fato. Conclui protestando que o Auto de Infração é nulo por ofensa aos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, pois, se o fisco tem o direito de atuar, também o sujeito passivo tem o direito de saber ao certo todos os passos do procedimento fiscal, com a descrição pormenorizada de todos os dados de que o fisco disponha, conforme lhe asseguram os dispositivos constitucionais e as normas da legislação estadual. Fundamenta o pedido de nulidade no art. 18, II, do RPAF/99. Quanto ao mérito, assegura que não adquiriu mercadorias sem Notas Fiscais. Como prova, anexou cópias dos documentos fiscais correspondentes aos bens apreendidos.

A auditora designada para prestar a informação considera que a defesa é flagrantemente protelatória. Diz que não houve cerceamento de defesa, pois a defesa foi recebida e seguirá para julgamento. Observa que o procedimento fiscal foi efetuado segundo praxes rotineiras da fiscalização. Sustenta que para apreender mercadorias não há necessidade de autorização judicial. Frisa que a estocagem de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal ou com documentação falsa ou inidônea é fato sujeito ao mesmo tratamento fiscal, pois a ilicitude é uma só: ausência de documentação fiscal idônea. Diz que a defesa se limita a negar o cometimento da infração, sem anexar qualquer documento fiscal que comprove a procedência das mercadorias. Conclui opinando pela manutenção do procedimento.

VOTO

O contribuinte é acusado de manter mercadorias em estoque desacompanhadas de documentos fiscais.

O autuado reclama que não foi intimado para apresentar os documentos.

Tenha ou não sido intimado, o certo é que nos autos não consta a intimação.

A defesa apresentou cópias das Notas Fiscais relativas às mercadorias em questão.

A auditora que prestou a informação diz que o autuado se limita a alegar que não cometeu a infração, “sem anexar qualquer documento fiscal comprovando a procedência das mercadorias”.

É evidente que a auditora deve ter-se equivocado ao fazer essa afirmação. O autuado anexou, sim, as Notas Fiscais à peça de defesa. O que a auditora poderia dizer, se fosse o caso, é que as Notas Fiscais não servem como prova, fundamentando por que não servem. Mas dizer que o contribuinte não anexou “qualquer documento fiscal”, isso não.

Já que a auditora não faz nenhuma alusão aos documentos apresentados pela defesa, passo a analisá-los. Faço a seguir um demonstrativo com indicação das mercadorias apreendidas, especificação os documentos correspondentes. Observe-se que os documentos foram emitidos dias antes da ação fiscal. Há apenas uma Nota Fiscal cuja data é posterior (NF 202514 de Villoni, de 28/4/03), mas isso não tem conseqüências neste caso, pois a Nota Fiscal em questão não influi em nada a situação, tendo sido anexada talvez por engano, já que os demais documentos dão conta da cobertura dos bens apreendidos.

| MERCADORIAS APREENDIDAS | | NOTAS FISCAIS APRESENTADAS PELA DEFESA | | |
|-------------------------|--------|--|--------|----------|
| ESPECIFICAÇÃO | QUANT. | DOCUMENTOS | QUANT. | DATA |
| Conhaque Presidente | 5 cx | NF 114 de A. Camargo | 5 cx | 01/04/03 |
| Conhaque Domus | 11 cx | NF 114 de A. Camargo | 15 cx | 01/04/03 |
| Farinha de trigo esp. | 231 fd | NF 113 de A. Camargo | 250 fd | 01/04/03 |
| Conhaque Alcatrão | 3 cx | NF 114 de A. Camargo | 5 cx | 01/04/03 |
| Farinha de trigo fer. | 237 fd | NF 113 de A. Camargo | 200 fd | 01/04/03 |
| | | NF 27 de Arlindo Moraes | 80 fd | 04/04/03 |
| Açúcar cristal | 250 fd | NF 113 de A. Camargo | 75 fd | 01/04/03 |
| | | NF 27 de Arlindo Moraes | 180 fd | 04/04/03 |
| Vermute Cortezano | 15 cx | NF 114 de A. Camargo | 16 cx | 01/04/03 |
| Biscoitos | 67 cx | NF 199646 de Villoni | 50 cx | 08/04/03 |
| | | NF 199588 de Villoni | 40 cx | 08/04/03 |
| | | NF 199590 de Villoni | 100 cx | 08/04/03 |
| | | NF 199589 de Villoni | 55 cx | 08/04/03 |
| | | NF 202514 de Villoni | 75 cx | 28/04/03 |
| Óleo de soja | 198 cx | NF 113 de A. Camargo | 250 cx | 01/04/03 |
| Conhaque Chancellor | 19 cx | NF 114 de A. Camargo | 20 cx | 01/04/03 |
| Conhaque Dreher | 41 cx | NF 114 de A. Camargo | 50 cx | 01/04/03 |
| Martini | 1 cx | NF 114 de A. Camargo | 1 cx | 01/04/03 |
| Rum Montilla | 1 cx | NF 114 de A. Camargo | 1 cx | 01/04/03 |
| Rum Bacardi | 1 cx | NF 114 de A. Camargo | 1 cx | 01/04/03 |
| Bitter Campari | 1 cx | NF 114 de A. Camargo | 1 cx | 01/04/03 |
| Conhaque Domec | 1 cx | NF 114 de A. Camargo | 1 cx | 01/04/03 |
| Uísque Old Eight | 1 cx | NF 114 de A. Camargo | 1 cx | 01/04/03 |
| Uísque Natu Nobilis | 1 cx | NF 114 de A. Camargo | 1 cx | 01/04/03 |

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **926897-9/03**, lavrado contra **EVA MARIA DA CRUZ**.

Sala das Sessões do CONSEF, 9 de julho de 2003

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA